

## **Retórica e história do pensamento político em Quentin Skinner**

Pedro Kunhavalik<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo mostrar que o historiador inglês Quentin Skinner mobiliza, em sua metodologia da História do Pensamento Político, a questão da retórica na análise de textos e proferimentos realizados pelos agentes. Skinner retoma o debate acerca da noção de retórica a partir do uso que autores romanos clássicos, como Cícero, bem com autores da renascença inglesa fazem acerca da *ars rhetorica*. Este artigo objetiva assinalar como que, em sua metodologia, Skinner confere um papel relevante à agência humana e foca sua análise nas disputas retóricas em torno de conceitos nas quais os autores de textos ou de discursos estavam envolvidos.

**Palavras-chave:** Agência Humana; Contexto Histórico e Linguístico; Disputas Políticas e Intelectuais; Conceitos em Argumento.

## **Rhetoric and history of political thought in Quentin Skinner**

**Abstract:** This article aims to show that the English historian Quentin Skinner mobilizes in his methodology of the History of Political Thought, the question of rhetoric in the analysis of texts and utterances made by agents. Skinner analyzes the debate over the notion of rhetoric from the use that classical Roman authors, such as Cicero, as well as authors of the English Renaissance about *ars rhetorica*. This article aims to point out that in its methodology, Skinner gives an important role to human agency and focuses its analysis on rhetorical disputes over concepts in which the authors of texts or discourses were involved.

**Keywords:** Human Agency; Historical and Linguistic Context; Political and Intellectual Disputes; Concepts in Argument.

### **Introdução**

Neste artigo nos propomos a demonstrar o modo como Skinner mobiliza a questão da retórica, usando-a como um instrumental relevante em sua abordagem da história do pensamento político. De acordo com o cientista político finlandês Kari Palonen (1999), estudioso da História do Pensamento Político, Skinner estaria dando

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia Política pela UFSC; Professor Adjunto na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: pedrokunhavalik@gmail.com.

importante atenção à questão da retórica<sup>2</sup> no pensamento político moderno. Skinner retoma a noção de retórica se reportando ao uso que autores romanos clássicos, como Cícero, bem como autores da renascença inglesa fazem acerca da *ars rhetorica*<sup>3</sup>. Para tais autores, a retórica deve ser estudada, dentre outros propósitos, visando à atividade cívica.

Este artigo objetiva assinalar como que na metodologia da história do pensamento político elaborada por Skinner, há um destacado papel da agência humana bem como das disputas retóricas em torno de conceitos nas quais os autores de textos ou de discursos estavam envolvidos. O autor inglês entende que o pensamento político deve ser analisado no contexto histórico e linguístico no qual foi produzido. Na perspectiva de Skinner ressalta-se a dimensão da ação linguística, assinalando-se a capacidade que os agentes têm ao usar a linguagem. No artigo procuramos assinalar que a abordagem de Skinner acerca da História dos Conceitos e da mudança conceitual parte do pressuposto de que há uma contingência radical da história. Nesta perspectiva, a mudança conceitual tem um caráter retórico, configura-se a partir da noção de redescrição retórica. Os conceitos e mudanças conceituais devem ser pensados a partir de disputas políticas e intelectuais contingenciais nas quais os autores estavam envolvidos.

Antes de adentrarmos mais particularmente na análise acerca da retórica no pensamento de Skinner, faremos um brevíssimo apontamento sobre a abordagem skinneriana da história do pensamento político, denominada de contextualismo linguístico, ligado à Escola de Cambridge<sup>4</sup>.

John Pocock (2011) se refere a Peter Laslett, Quentin Skinner, John Dun e a si mesmo como pesquisadores associados ao surgimento da Escola de Cambridge. Esses

---

<sup>2</sup> É oportuno observarmos aqui que José Murilo de Carvalho, ao refletir sobre a história intelectual no Brasil, aponta a relevância do uso da retórica como chave de leitura para a referida história intelectual. O autor afirma: “A recuperação da tradição retórica teve por finalidade explorar a possibilidade de usá-la como instrumento de trabalho na prática da história intelectual. Não é preciso lembrar que tal exercício tem diretamente a ver com a ‘virada linguística’ na filosofia, depois transplantada para a crítica literária e para a história intelectual. A virada linguística refere-se precisamente à recuperação da dimensão retórica do discurso” (CARVALHO, 2006, p. 136).

<sup>3</sup> Na tradição romana clássica, bem como entre os renascentistas empregava-se o termo *ars*, significando fazer arte, em oposição a saber, ao termo *techne* (GOWLAND, 2002).

<sup>4</sup> A denominada Escola de Cambridge, formada por pensadores como Quentin Skinner, John Pocock, John Dun, passou a publicar textos nos anos 1960 acerca da história do pensamento político, elaborando uma nova metodologia conhecida como contextualismo linguístico. Os autores desta escola criticavam autores que estudavam a história das ideias a partir de perspectivas textualistas, que buscavam o sentido de um texto apenas no próprio texto. Os pensadores da Escola de Cambridge entendiam que questões extratextuais seriam imprescindíveis para compreender os textos ou proferimentos feitos pelos agentes.

autores, particularmente Skinner, incorporam, em suas abordagens teórico-metodológicas, importantes contribuições da filosofia da história de R. Collingwood. O autor<sup>5</sup> retoma a tradição intencionalista presente na filosofia da história, particularmente nas contribuições de Collingwood, que entende que uma ação historicamente significativa deve ser compreendida levando-se em conta o pensamento do agente responsável por aquela ação. “É o historicismo collingwoodiano que está subjacente à convicção de Skinner de que a história do pensamento político deve ater-se ao contexto imediato da produção dos textos cujos significados o historiador pretende compreender”<sup>6</sup>.

Além das contribuições de Collingwood, destacamos aqui duas influências relevantes no projeto teórico-metodológico empreendido por Skinner. Wittgenstein e John Austin. Em sua obra intitulada “Investigações Filosóficas”, Wittgenstein defende a ideia da linguagem como ação; entende que os problemas filosóficos dizem respeito ao uso da linguagem. O significado de uma palavra se refere ao seu uso. Com a linguagem se faz mais do que denominar as coisas; faz-se dela um uso variado. A linguagem é entendida como um conjunto de jogos com regras, como dar ordens, agradecer, solicitar, inventar histórias, etc., jogos de linguagem que ocorrem em situações específicas. “A linguagem é comparável a uma vasta caixa de ferramentas, cujo domínio adquirimos progressivamente. Para cada palavra, como para cada ferramenta, podemos dizer que conhecemos a sua significação quando conhecemos o seu uso”<sup>7</sup>. Partindo da teoria elaborada por John Austin<sup>8</sup>, Skinner considera que o texto elaborado deve ser interpretado como um ato de fala, como uma ação, uma atividade. Em sua abordagem, o

<sup>5</sup> Quentin Skinner nasceu na Inglaterra em 1940. Estudou e foi professor na Universidade de Cambridge. Mais tarde foi professor na Universidade de Princeton (EUA), onde manteve contato com o filósofo Thomas Kuhn e com o Antropólogo Clifford Geertz. Retornou à Universidade de Cambridge, tornando-se *regius professor* de História Moderna. Publicou vários textos acerca da História do Pensamento Político, como os reunidos (e revisados) na obra *Visions of politics* em três volumes. Dentre tantas outras obras publicadas pelo autor, destacamos aqui *As Fundações do Pensamento Político Moderno* e *Hobbes e a Liberdade Republicana*.

<sup>6</sup> SILVA, Ricardo. Convenções, Intenções e Ação Lingüística na História da Teoria Política: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. 5º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2006.

<sup>7</sup> DELACAMPAGNE, Christian. História da Filosofia no Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 64.

<sup>8</sup> Em sua Teoria dos Atos de Fala, John Austin aborda a questão dos diferentes usos da linguagem. O autor assinala três dimensões dos atos de fala, que são a dimensão locucionária, a ilocucionária e a perlocucionária. A dimensão ilocucionária do ato de fala refere-se ao seguinte: quando uma pessoa diz algo ela também está fazendo algo. Desta forma, faz-se necessário saber de que forma o ato ilocucionário é usado. Se visa informar, questionar, ameaçar, fazer um julgamento, etc. É na dimensão ilocucionária de um ato de fala que se encontra a intenção do autor ao dizer ou escrever um enunciado. In: AUSTIN, John. L. 1975. **How To Do Things With Words**, 2ª ed., Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 192 p.

autor enfatiza a dimensão ilocucionária apontada por Austin em sua teoria dos atos de fala – dimensão que é entendida do seguinte modo: quando uma pessoa diz algo, ela também está fazendo algo.

Em sua abordagem da história do pensamento político, Skinner enfatiza o contextualismo linguístico. O significado de um texto, de um proferimento, não pode ser interpretado fora do contexto histórico no qual foi produzido, visto que o autor, ao produzir um determinado enunciado ou discurso, estava também realizando uma ação, estava engajado em alguma atividade. Desta forma, para que se compreenda o significado de uma obra ou de um discurso feito no passado, o estudioso deve se perguntar o que o autor estava fazendo ao proferir um discurso ou escrever um texto; em qual atividade ele estava engajado ao fazer determinado proferimento.

Skinner tece várias críticas às tradições da história do pensamento político, particularmente àquela tradição por ele denominada de textualista, na qual ele incluía Arthur Lovejoy. Essa tradição da história das ideias, ao procurar compreender o significado de um texto, trata-o como se o mesmo tivesse autonomia em relação ao contexto linguístico e social no qual foi produzido. Esse procedimento incorre numa série de equívocos, que Skinner denomina de “mitologias”; mitologias da história do pensamento. De acordo com Marcelo Jasmin e João Ferez Júnior, “Skinner se dirige contra toda e qualquer interpretação histórica que impõe aos autores do passado problemas e linguagens que são exclusivos do presente do estudioso” (2006, p. 15). Para Skinner, o pensamento político deve ser analisado no contexto histórico e linguístico no qual foi produzido, reportando-se às disputas retóricas empreendidas pelos autores envolvidos. Há uma série de críticas e elogios acerca do programa teórico-metodológico desenvolvido por Skinner para a História das Ideias; programa que vem sendo construído desde seus primeiros escritos na década de 1960.

### **A ênfase na dimensão retórica na metodologia da história do pensamento político skinneriano**

Em seu livro *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*, Quentin Skinner (1999a) aborda importantes aspectos concernentes às técnicas retóricas. Skinner tem por objetivo “situar a teoria e a prática hobbesianas da ciência civil no contexto intelectual em que ela foi formada” (SKINNER, 1999a, p. 22). As preocupações do autor se voltam

para a compreensão das contribuições de Hobbes nos debates relativos às ciências morais no contexto da cultura renascentista.

De acordo com Kari Palonen (2013), na recuperação da cultura retórica empreendida por Skinner deve-se levar em conta a distinção que o historiador inglês estabelece entre duas versões de hermenêutica. Uma versão interessada particularmente na dimensão do significado, enquanto que a outra estaria interessada na dimensão da ação linguística, que denota a capacidade que os agentes têm ao usar as palavras, a linguagem. O interesse de Skinner está focado particularmente na versão da hermenêutica concernente à dimensão da ação linguística. Conforme afirma Palonen, Skinner está preocupado “com os ‘feitos’ de agentes políticos, seus atos de fala e movimentos retóricos” (PALONEN, 2013, p. 13). O pensador inglês afirma que faz uso da retórica “para descrever um conjunto característico de técnicas linguísticas (...) derivadas das doutrinas retóricas da *inventio*, da *dispositio* e da *elocutio*, os três *elementa* principais das teorias clássicas e renascentistas sobre a eloquência escrita” (SKINNER, 1999a, p. 21).

O texto ou discurso deve ser compreendido como um ato deliberado de comunicação. Desta forma, Skinner propõe analisar o pensamento político no contexto histórico e linguístico no qual foi produzido (escrito ou falado), levando-se em consideração as disputas retóricas nas quais os autores estavam envolvidos. Gowland argumenta que

os métodos de Skinner na ‘Escola de Cambridge’ deve ser caracterizado como retórica em sua atenção aos contextos linguísticos e sociopolíticos, que permitem o uso de ideias particulares de maneiras específicas, por agentes que os fazem plausíveis ou endóxicos para a sua audiência histórica (GOWLAND, 2002, p. 74).

Por sua vez, Kari Palonen (1999) argumenta que Skinner foi protagonista de uma “virada retórica” nas Ciências Humanas. De acordo com o Cientista Político e estudioso da História do Pensamento Político, Ricardo Silva (2006), na metodologia skinneriana há uma prioridade da “experiência vivida” em relação às abstrações intelectuais, resultado da primazia que o autor confere à ação no universo da política.

Para Skinner, mesmo os mais geniais pensadores políticos, autores dos tratados mais abstratos e sistemáticos, encontravam-se irremediavelmente envolvidos nas disputas políticas e intelectuais de sua própria época. Assim, somente quando os consideramos dentro de seus respectivos contextos de convenções linguísticas e normativas podemos almejar a compreensão histórica de seus textos. O pensador político deve ser compreendido como um tipo específico de político, um político que age em contextos de disputas retóricas em torno de conceitos mediante os quais não somente se

compreendem, mas sobretudo justificam-se ou contestam-se instituições e comportamentos políticos (SILVA, 2006, p. 198-199).

Os proferimentos de teóricos da política e da filosofia, de intelectuais em geral, assim como de atores políticos devem ser compreendidos no contexto linguístico e social do qual estavam vivenciando, bem como pelas disputas políticas ou intelectuais da qual estavam participando. Desta forma, Skinner destaca o papel da agência e das disputas retóricas em torno de conceitos nas quais os autores de textos ou de discursos estavam envolvidos. Em entrevista, o cientista político Karin Palonen afirma que Skinner, ao adotar a abordagem retórica “levou de forma mais radical que antes o estudo do pensamento político em direção ao pensar dos agentes políticos e em direção às práticas que o regulam e inspiram” (PALONEN, 2006, p. 131).

O estilo de teorização política empreendida por Skinner é historicizante, assim como marcada por uma radical temporalidade e pela contingência das ações e dos processos políticos (SILVA, 2006). Skinner (1999b) entende que a linguagem normativa está carregada de juízos de valor. Além disso, argumenta que todo julgamento moral e cognitivo é mediado pelos conceitos, sendo que estes são construídos historicamente. O historiador inglês não acredita que a única forma de mudança conceitual possa ser a “redescrição retórica”, embora essa seja a perspectiva predominante que o autor faz uso em suas análises. Skinner advoga que o seu interesse “em estudar a história dos conceitos surge das mudanças morais, sociais e também políticas, que encontramos refletidas – e em extensão engendradas por – todo o aspecto da mudança conceitual em si mesma” (SKINNER, 1999b, p. 60). O autor endossa a interpretação de Palonen, assinalando que “se quisermos estudar as mudanças conceituais como uma forma distinta de questionamento histórico devemos nos concentrar nos conceitos que empregamos para descrever e ressaltar nosso mundo moral e político” (SKINNER, 1999b, p. 60-61).

Quentin Skinner e Reinhart Koselleck<sup>9</sup> advogam a ideia de que os conceitos possuem história. Entretanto, a abordagem de Koselleck está focada na mudança conceitual de longo prazo, ao passo que Skinner está interessado na mudança conceitual

---

<sup>9</sup> Na área da história do pensamento político, o alemão Reinhart Koselleck desenvolveu a abordagem denominada de história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*). De acordo com Kari Palonen, “a principal diferença entre suas posições [Skinner e Koselleck], e que poderia talvez ser formulada em termos Skinnerianos, é que Koselleck partilha a posição hermenêutica tradicional interessada no sentido dos conceitos, enquanto Skinner está mais interessado na ação linguística relacionada ao uso dos conceitos”. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João (org.). 2006. **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, p. 129.

mais “pontilhista”; mudança conceitual que ocorre em circunstâncias específicas, de tempo curto. “Pontilhismo pode ser usado como uma metáfora da concepção nominalista da história em Skinner” (PALONEN, 2003. p. 179). Há um reconhecimento, por parte de Skinner, de uma contingência radical da história. De acordo com Palonen (1999), Skinner tem uma visão retórica a respeito da mudança conceitual, enquanto Koselleck aborda a questão em termos de teoria dos tempos históricos. Skinner declara que a forma de mudança conceitual na qual está interessado é a de caráter retórico, a técnica de redescrição retórica.

O historiador inglês relaciona questões de ordem conceitual com controvérsias e disputas políticas e intelectuais contingenciais. Palonen (1999) assinala que, para Skinner, a questão das mudanças conceituais “deve ser analisada em termos de ações linguísticas, abrangendo os vários e mutáveis usos dos conceitos” (PALONEN, 1999, p. 46). Deve-se focar nos usos que os agentes fazem dos conceitos em argumentos. Ao usar um conceito em um argumento o agente está realizando um ato ilocucionário<sup>10</sup>, e essa ação denota um movimento do agente na defesa de uma ideia. Palonen argumenta que “Os conceitos não são entidades estáveis, eles podem ser mudados em qualquer momento, e eles existem apenas em ‘movimento’, isto é, quando eles são usados como movimento, como instrumentos políticos de ação” (PALONEN, 1999, p. 46). Em meio às controvérsias ou disputas políticas e intelectuais, os agentes procuram legitimar o uso que fazem de determinados conceitos.

Conforme assinala Palonen (1999), Skinner procura explicitar o significado político dos conceitos. O professor Finlandês argumenta que os conceitos “servem como instrumentos estratégicos para ações políticas. Eles moldam o horizonte das possibilidades políticas em determinada situação” (PALONEN, 1999, p. 47). Ainda de acordo com Palonen, “o princípio retórico de argumentação *utramque partem*<sup>11</sup>, acentua a contestabilidade política dos conceitos” (PALONEN, 1999, p. 47-48). O professor inglês de História Intelectual, Angus Gowland, corrobora as afirmações de Palonen, ao argumentar que, na perspectiva de Skinner, “os conceitos ou ideias são historicamente

---

<sup>10</sup> Em sua Teoria dos Atos de Fala, John Austin aborda a questão dos diferentes usos da linguagem. O autor assinala três dimensões dos atos de fala, que são a dimensão locucionária, a ilocucionária e a perlocucionária. A dimensão ilocucionária do ato de fala refere-se ao seguinte: quando uma pessoa diz algo ela também está fazendo algo. Desta forma, faz-se necessário saber de que forma o ato ilocucionário é usado. Se visa informar, questionar, ameaçar, fazer um julgamento, etc. É na dimensão ilocucionária de um ato de fala que se encontra a intenção do autor ao dizer ou escrever um enunciado. In: AUSTIN, John. L. 1975. **How To Do Things With Words**, 2ª ed., Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 192 p.

<sup>11</sup> Argumentos plausíveis, mas com posições opostas.

determinados, são passíveis de contínua revisão e transformação, e não podem ter uma história autônoma – sua história deve estar, em um sentido importante, na história retórica em que são usados” (GOWLAND, 2002, p. 72). Gowland assinala que a análise retórica empregada por Skinner “nos fornece não apenas os usos explicativos nos quais os conceitos foram empregados, mas também [...] uma base histórica mais completa para a compreensão dos usos em termos nos quais foram entendidos pelos agentes” (GOWLAND, 2002, p. 72).

No que concerne à questão da mudança conceitual preconizada por Skinner, a mesma se origina quando uma ação ou uma situação é descrita por um termo valorativo, que normalmente não seria usado para descrever a referida ação ou situação. “O objetivo é persuadir uma audiência de que, apesar das aparências, o termo pode ser convenientemente empregado – em virtude de seu significado ordinário – ao caso em questão” (SKINNER, 2002, p. 182). O efeito que se espera ao persuadir alguém em aceitar tal julgamento é o de fazê-lo perceber a situação em questão sob um novo prisma moral. Desta forma, uma ação que anteriormente poderia ser percebida como louvável, passaria a ser vista como condenável. Por outro lado, uma ação que antes seria vista como condenável, passaria a se tornar digna de louvor. Como vimos anteriormente, Skinner avalia positivamente e incorpora vários pressupostos dos teóricos clássicos da eloquência que escreveram a respeito das técnicas de redescrição retórica. Dentre as ideias dos referidos teóricos o autor assinala a de que sempre haverá graus de vizinhanças entre termos avaliativos que aparentemente são conflitantes. O historiador inglês aborda a técnica da redescrição retórica se reportando à discussão feita pelos retóricos clássicos, particularmente à contribuição de Quintiliano. Skinner afirma que, conforme a ênfase dada por Quintiliano, “a essência da técnica consiste em substituir uma dada descrição valorativa por um termo rival, que sirva para retratar a ação de modo não menos plausível, mas que sirva ao mesmo tempo para colocá-la em uma perspectiva moral contrastante” (SKINNER, 2002, p. 183).

Desta forma, aquele que redescrive a ação visa persuadir a audiência a concordar com os novos argumentos, com a nova forma de descrever a ação. Em decorrência disso, espera-se que a audiência possa adotar uma nova atitude em relação à ação em questão. Skinner entende que, quanto mais as pessoas são persuadidas “de que um dado termo avaliativo se aplica em circunstâncias nas quais elas nunca poderiam ter pensado em aplicar” (SKINNER, 2002, p. 186), mais amplamente se deve persuadi-los



a empregarem o dado termo na avaliação da vida social e política. O efeito de persuadir com sucesso alguém a aceitar o novo julgamento será, advoga Skinner, “levá-lo a ver o comportamento em questão em uma nova moralidade” (SKINNER, 2002, p. 182). No entanto, como destacado, o interesse de Skinner está na mudança conceitual de natureza retórica.

Skinner argumenta que “todas as tentativas de legislar sobre o uso ‘correto’ dos termos normativos, devem ser consideradas como igualmente tendo uma conotação ideológica” (SKINNER, 2002, p. 182). Seguindo seu argumento, assinala que sempre que termos normativos são empregados, “a sua aplicação irá sempre refletir um desejo de impor uma visão moral particular sobre o funcionamento do mundo social” (SKINNER, 2002, p. 182). Skinner entende que é necessário tratar os conceitos normativos como ferramentas e armas do debate ideológico. Observa que ele e Koselleck podem ter sido influenciados por uma “contenda nietzschiana de Foucault”, de que a história que dá suporte à agência humana “tem a forma de uma guerra” (SKINNER, 2002).

O historiador inglês foca sua atenção no uso que os agentes empregam de conceitos e ideias; do uso linguístico empregado em argumento nas disputas retóricas, um emprego retórico de termos normativos visando impor determinada visão moral do mundo social. O historiador inglês denota que há um fundamento ideológico nas disputas retóricas nas quais os agentes estão envolvidos. De acordo com Ricardo Silva (2010), a noção de ideologia usada por Skinner vincula-se a

uma problemática muito mais político-sociológica do que epistemológica. O fato de determinadas ideias serem verdadeiras ou falsas não teria nenhuma relevância para defini-las como expressões de ideologias. O que importa é o modo pelo qual as ideias se vinculam às posições práticas em disputa nos conflitos políticos de determinada época (SILVA, 2010, p. 313-314).

Palonen observa que o uso mais específico de ideologia feito por Skinner, está “relacionado com o seu interesse no papel legitimador de pensamentos na política” (PALONEN, 2003, p. 51). O pensador finlandês argumenta que “a redescrição retórica oferece a Skinner uma perspectiva histórica para a interpretação de problemas normativos e legitimadores da mudança conceitual a partir da perspectiva da ação linguística” (PALONEN, 1999, p. 48). O uso de técnicas retóricas em meio a disputas, tendo como “pano de fundo” motivações ideológicas. Ao se investigar o pensamento moral, social e político em seu contexto, argumenta Skinner,

encontramos disputas intermináveis sobre o emprego dos termos avaliativos; testemunhamos lutas contínuas para ganhar reconhecimento e legitimidade, e ganhamos um forte sentido das motivações ideológicas subjacentes, mesmo nos sistemas de pensamento mais abstratos (SKINNER, 2002, p. 6-7).

Palonen assinala que Skinner entende que o pensamento político deve ser analisado como parte da atividade política (PALONEN, 2003).

Robert Lamb<sup>12</sup> critica Skinner argumentando que o mesmo, para defender seu contextualismo linguístico particularista tenderia a perceber os enunciados como sendo compreensíveis apenas em termos ideológicos. Skinner advoga essa ideia ao criticar a teoria política normativa. De acordo com Robert Lamb, Skinner veria motivações ideológicas inclusive no mais abstrato sistema de pensamento (LAMB, 2009-b). Para Lamb, Skinner estaria assumindo que as ideias morais são sempre usadas de modo retórico e estratégico, e que não poderia haver problemas perenes para além da superfície do debate ideológico, por conta da radical contingência da história do pensamento. Ainda de acordo com Lamb, admitindo-se correta a afirmação de Skinner de que ninguém está acima da batalha, não se pode deduzir daí que a batalha é tudo que existe, caso a batalha em questão esteja somente no âmbito da ideologia. (LAMB, 2009-b). Lamb argumenta que o contextualismo de Skinner “tenta impugnar a legitimidade de outras abordagens para a interpretação e compreensão, mais notavelmente o estudo de textos do passado como obras de filosofia política abstrata” (LAMB, 2009-b, p. 27). Robert Lamb não nega a plausibilidade da análise feita por Skinner focada na redescrição retórica, embora critique certas ideias presentes em seu contextualismo linguístico como, por exemplo, negar a possibilidade de que obras do pensamento político possam ser estudadas de modo abstrato, “atos de fala filosóficos que são potencialmente capazes de uma compreensão trans-histórica” (LAMB, 2009-b, p. 27). Para Robert Lamb, é perfeitamente factível a existência de problemas perenes na história da filosofia política.

Skinner demonstra descrédito com pensadores que desejam apresentar visões acerca de justiça e liberdade, por exemplo, como se estivessem acima do campo de batalha. O historiador inglês, como observado anteriormente, entende que ninguém está acima do campo de batalha, afinal, advoga que a batalha é tudo que existe. Desta forma, na História Intelectual skinneriana, há uma primazia da investigação nos agentes, em

---

<sup>12</sup> Professor de Filosofia Política na *University of Exeter*, no Reino Unido.

suas realizações, seus proferimentos; nos usos que os agentes fazem de conceitos e ideias em disputas políticas e intelectuais.

### Considerações finais

Devemos ressaltar que Skinner se reporta à questão da retórica como um aspecto importante de seu arcabouço teórico-metodológico visando compreender textos e proferimentos realizados por atores políticos, teóricos da política e da filosofia, por intelectuais e cientistas em geral. A mudança empregada por Skinner em sua abordagem metodológica, enfatizando a dimensão retórica na história do pensamento político, não abandona a dimensão dos “discursos Austinianos”. A ênfase na dimensão retórica, não deve ser entendida como uma ruptura metodológica. De acordo com Gowland (2002), existe uma correspondência entre os atos ilocucionários e o uso retórico de conceitos e ideias. E, de acordo com Palonen, “a discussão da retórica antiga e da retórica da renascença permitiu a Skinner generalizar a perspectiva sobre a mudança conceitual, incorporando o vocabulário dos atos de fala na *ars Rhetorica*” (PALONEN, 2003, p. 146). Palonen (2003) entende que Skinner estaria combinando a dimensão normativa do conceito e a perspectiva nominalista de ação linguística com os recursos retóricos, resultando em sua perspectiva de mudança conceitual.

Entendemos ser necessário observar que a metodologia Skinneriana baseada no vocabulário da “redescrição retórica” é de fundamental importância no emprego de muitos estudos substantivos, como fez o próprio Skinner, mas sem deixar de considerar a possibilidade de outras alternativas metodológicas no estudo do pensamento político como, por exemplo, a desenvolvida por Koselleck – e mesmo pensar na possibilidade de complementariedade entre as duas metodologias.

Além do mais, nos parece plausível admitir a existência de problemas perenes na história do pensamento político, como advoga Robert Lamb. Se fizéssemos uma comparação entre o contexto histórico, sociopolítico e linguístico brasileiro que vai desde o período de redemocratização de 1945 até o golpe civil-militar de 1964, com o contexto histórico, sociopolítico e linguístico brasileiro dos últimos anos até o golpe parlamentar de 2016<sup>13</sup> (com ampla participação dos setores mais conservadores), poderíamos pensar, numa primeira observação, em diversos aspectos que podem ter

---

<sup>13</sup> Podemos designar apenas como golpe parlamentar? Ou essa designação é insuficiente?

uma linha de continuidade (embora contextos diferentes). Apenas a título de exemplo, poderíamos destacar questões como nacionalismo e antinacionalismo, classe social, soberania nacional; o uso da noção de comunismo e da noção de corrupção e a construção de um ambiente moralista. A noção de populismo e a crítica sistemática às políticas sociais. Os estudos no campo das Ciências Humanas, especialmente, História, Ciência Política, Sociologia, Direito, dentre outras, deverão dar conta destas questões. No caso da História dos Conceitos<sup>14</sup>, quais as noções de comunismo, corrupção, democracia, nacionalismo, antinacionalismo, soberania nacional, imperialismo, populismo, dentre outras, os agentes e grupos sociais e políticos fizeram uso neste contexto do golpe parlamentar de 2016? Existem linhas de continuidade com os usos de tais conceitos nos dois contextos assinalados? Ou há uma mudança conceitual? Quais são as motivações dos agentes em ambos os contextos?

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John. L. **How to do things with words**. 2<sup>a</sup> ed., Cambridge, Massachusetts, Harvard University, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**, 1(01):123-152, 2006.
- FINLAYSON, Alan. Rhetoric and the Political Theory of Ideologies. **Political Studies**, 60(4):1-17, 2012.
- GOWLAND, Angus. Ancient and renaissance rhetoric and the history of concepts. **Finnish Yearbook of Political Thought**, 6:67-83, 2002.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2006.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João. “História dos Conceitos: dois momentos de um encontro intelectual”. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES

---

<sup>14</sup> A nosso ver, a História dos Conceitos, seja na perspectiva da denominada Escola de Cambridge, seja da perspectiva do projeto *Geschichtliche Gungbegriffe (GG)*, tendo como principal expoente Reinhart Koselleck, têm dado uma contribuição interdisciplinar para pensarmos as questões conceituais: a história dos conceitos; os usos que agentes e grupos fazem dos conceitos, etc. Existem outras perspectivas no campo da História dos Conceitos ou História das Ideias além das duas assinaladas. Além disso, não se pode descartar a possibilidade de diálogos entre as diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

JUNIOR, João (org.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2006.

LAMB, Robert. Recent developments in the thought of Quentin Skinner and the ambitions of contextualism. **Journal of the Philosophy of History**, 3(3):246-265, 2009.

LAMB, Robert. Quentin Skinner's revised historical contextualism: a critique. **History of the Human Sciences**, v.22, n.3, 2009-b.

PALONEN, Kari. Rhetorical and temporal perspectives on conceptual change: theses on Quentin Skinner and Reinhart Koselleck. **Finnish Yearbook of Political Thought**, 3:41-59, 1999.

PALONEN, Kari. Entrevista com Kari Palonen. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JUNIOR, João (orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Edições Loyola/IUPERJ, 2006.

PALONEN, Kari. **Quentin Skinner**: history, politics, rhetoric. Cambridge: Polity Press, 2003.

PALONEN, Kari. Quentin Skinner's "Rhetorical Turn" and the Chances for Political Thought. **Philosophy Study**. 3(1):9-22, 2013.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

SILVA, Ricardo. Retórica e contingência na teoria política. **Revista Política & Sociedade**. 5(9):195-200, 2006.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **DADOS –Revista de Ciências Sociais**, 53 (2):299-335, 2010.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo, UNESP/Cambridge, 1999a.

SKINNER, Quentin. Rhetoric and conceptual change. **Yearbook of Political Thought and Conceptual History**. 3:60-73, 1999-b.

SKINNER, Quentin. **Visions of politics**: regarding method. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University, vol. I, 2002.

SKINNER, Quentin. On the liberty of the ancients and the moderns: a reply to my critics. **Journal of the History of Ideas** 73(1):127-146, 2012.